

PIRACICABA: BARRAS DE RIO, PADRES E CANOAS

Manoel Valente Barbas

Resumo: *Feitos do Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, nos primeiros dias de vida de Piracicaba e suas quizilas com o Capitão Diretor Antônio Corrêa Barbosa, desta importante povoação do Estado de São Paulo*

Abstract: *Capitão Mor of Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha's deeds in the early days of Piracicaba and his quarrels with Capitão Diretor Antônio Corrêa Barbosa, of this important village in the State of São Paulo.*

Em nosso artigo da Revista da ASBRAP de nº 6, na pág. 154, quando comentávamos quão polêmico era o Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, citamos de passagem a quizila que tivera com o Capitão Diretor de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa, nos idos do século 18. Valeria a pena, aqui, desenvolver em pormenores o que houve nessa importante povoação, em seus primórdios, entre estes dois nomes da história paulista, baseados em documentos da época que temos pesquisado no Arquivo do Estado de São Paulo. Tratam, estes alfarrábios, de três conjuntos, cronologicamente distintos (Nota 1): o primeiro refere-se à mudança da Vila de Piracicaba de local, pois fora fundada em posição geográfica inadequada, além-rio Piracicaba; o segundo, sobre a fundação de uma outra povoação, além de Piracicaba, junto ao rio, para facilitar as viagens de ida e volta a Cuiabá, na época de tráfego intenso, por causa do ouro; o terceiro, sobre a campanha desenvolvida pelo Capitão Mor para destituir o Capitão Diretor de seu cargo à frente dos destinos da Vila nascente; para complementar, dando fecho ao trabalho, fazemos constar a respeito do não cumprimento de obrigações assumidas pelo Capitão Diretor de Piracicaba, principalmente, sobre as 7 canoas que ficou de construir, pelas quais recebeu pagamento e não as fez, apesar das muitas cobranças que sofreu. Notam-se, nestes documentos, o capricho e o espírito analítico com que o Capitão Mor consubstancia sua correspondência; o esforço que desenvolve para chamar a atenção para as providências tomadas quanto a fornecer um “pasto espiritual” à população da novel Piracicaba; o caráter profético de alguns trechos, quando ao tratar da excelente qualidade do solo da região, prevê que ali se juntariam pessoas de qualidade que promoveriam o progresso da vila nascente.

Cumpra aqui esclarecer que dois autores (Nota 2) já trataram desses assuntos em seus livros, sem o destaque e a continuidade merecida, em meio a um emaranhado de outros pormenores, que não dão idéia ao leitor de como os fatos históricos se desenrolavam, nem como era a mentalidade de época dos governantes e da população. Por outro lado, a transcrição dos documentos, na íntegra, além de dar idéia mais nítida do assunto que está sendo tratado, traz o leitor à realidade histórica que só o contato com a fonte primária pode dar.

I – A MUDANÇA DA VILA DE PIRACICABA DE UMA MARGEM PARA A OUTRA DO RIO DE MESMO NOME:

Por razões que hoje nos fogem à compreensão, a Vila de Piracicaba foi fundada na margem direita do rio de mesmo nome, talvez por ser mais à mão de quem descia este curso d'água para atingir o Tietê. O inconveniente dessa posição, no entanto, devia-se a vários fatores: 1 – a inospitalidade da região onde se encontrava; 2 – o perigo que era atravessar o rio para se chegar à Vila, vindo de Itu. Há uma carta, datada de 1784, entre os documentos achados,,assinada por Frei Tomé de Jesus (que ali oficiava as missas) que descreve a situação insustentável da posição topo-geográfica da Vila. Esta carta era dirigida ao Capitão Mor de Itu, autoridade que supervisionava toda aquela região, na época. Diz, entre outras coisas, em sua linguagem sincopada, tortuosa e cerimoniosa (o Frei era idoso, doente e mostrava certa dificuldade em redigir):

“.....é necessário para o bem comum dessa nova povoação (Nota 3) e assim importa muito a sua presença o que pode fazer em um ou dois dias. O lugar da Igreja já está feito que é daquele dessa Vila de Itu que não pode ser onde está razão porque é primeiramente pelo risco de vida passar o Rio, com carga, trabalho, de canoas e com perca, sem necessidade alguma, pois o bom para essa..... Vila vem; e se essa povoação estivesse meia légua para a frente do sertão já tinha alguma desculpa; porém estando onde está não é necessidade nenhuma para passar o rio com trabalho e canoas e com risco de perder a carga e a vida quando o Rio está cheio sem necessidade alguma onde claramente se vê prejuízos e que todos claramente vê e.....o povo todos querer onde se fez o roçado. A Igreja já caiu uma parede e suposto que se levantou cairá e outras, pois a terra é areenta e está a beira do Rio e tem lagoa junto dela, quando há enchentes; e por isso venha para se dar principio ao menos a capela-mor para se dizer missa enquanto o tempo é conveniente, pois pode cair a parede da Igreja e Vossa Mercê fazer cabos para esquadras; pois todos juntos não podem trabalhar porque a Igreja se não há de fazer em 8 dias senão anos; ao mais dispor a Vossa Mercê o que entender e digo isso de esquadras porque as Igrejas que se fazem à custa do povo por esquadras e se tem feito; ainda esse povo que são lavradores que é necessário também trabalhar e também para comer e

não obterem de Vossa Mercê para o que for servido. Que a Vossa Mercê forFreguesia de Santo Antonio (Nota 4) de Piracicaba, hoje, de 1784. Frei Tomé de Jesus. Remeto a Vossa Mercê esse couro de anta para seu primo Cândido Xavier que me mandou pedir com empenho para Vossa Mercê fazer-me o favor de remeter”..

Pela correspondência acima, vê-se que o lugar escolhido para assentar a Vila de Piracicaba, que na época já contava com quase duas décadas (ainda Nota 3), não era o ideal. Da mesma época (datada de 6 de junho de 1784), aparece uma carta do Capitão Mor de Itu, endereçada ao Capitão General da Capitania de São Paulo, Francisco da Cunha e Menezes (Nota 5):

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr.

O Capitão e povoadores de Piracicaba me representam que para melhor comodidade e aumento daquela Freguesia desejam mudá-la para a parte daquem do Rio a cuja margem dalem se acha presentemente situada e me figuram ser a paragem que intentam muito excelente e comoda para a mais extensa povoação, terra de boa ligadura para edifícios, com a mesma utilidade do rio e sem o perigo de o passar e animados com a presença do seu Pastor que anciosamente anhelavam, movem a este que me dirija a carta que incluo nesta, ponho na respeitavel presença de V.Excia.

Eu estou pronto para partir a qualquer hora para condescender em tudo com os desejos deles e esforçar-me quanto me for possivel para o estabelecimento da dita Freguesia porém como nada devo obrar sem determinação de V. Excia e o principal ponto de minha vista é seguir em tudo a sua vontade, porque nesta encontro todo acerto, procuro as ordens de V.Exa que Deus guarde mui felizmente por dilatados anos, como nos é mister. Itu, 6 de junho de 1.784. De V.Exa o mais humilde e obediente sudito Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

Ao lado, está anotado: “*Respondida*”, sinal de que o Capitão-General se dignou a responder tal missiva, o que realmente fez, como veremos logo após exibir o anexo desta missiva acima que é um Memorial redigido pelo Capitão Mor, analítico, detalhado, demonstrando o grau de cultura e desenvolvimento intelectual do missivista:

“Memorial para apresentar a S. Ex^a sobre a decadencia da Povoação de Piracicaba e como se pode remediar e quais são as utilidades que promete aquela Povoação.

1 –Motivo foi a eleição que fez o Illmo Exmo Sr D. Luiz Antonio de Souza, General que foi desta Capitania, na pessoa de Antonio Correa Barboza para Capitão povoador porque o não fez Deos para aquele ministerio, pela razão de que no largo tempo de vinte anos que comandou a dita povoação nada fez que mostrasse fundamento, nem soube conhecer, nem mostrou as utilidades que

promete ao estado, e ao depois deste como não houve pessoa de probidade que se animasse a entrar para aquela Povoação sempre tem estado desordenada, sem pessoa capaz de poder animar, dirigir, conservar e criar.

2 – Ter estado quase sempre sem Paroco para administração dos Sacramentos que é o verdadeiro fundamento pela grande necessidade que há dele, pois tem morrido muita gente sem os sacramentos necessários porque como a vigiaria daquela paróquia não é rendosa não há sacerdote para ela, e que morram todos sem confissão pouco importa, como se ve da mesma certidão junta, e com este temor fogem todos de habitar naquela Povoação.

3 – Que para a mesma se deve recolher a todos os Povoadores que nele forem alistados, forem obrigados ou voluntarios e que dele não possam sair sem licença do Comandante, pois alem destes se pode ainda tirar de cada Vila de sincoenta ate sem casais dos branquicentos e vagabundos que não possuem bens de raizes, nem fazem falta as mesmas.

4 – Que precisam de alguma assistencia para poderem fundar a suas vivendas e cultivar aquele sertão, principalmente de ferramentas, polvora e ex~ (sic) e terrenos, para compor a mesma vida que seja a custa dos mesmos povoadores, cuja importancia poderá o mesmo comandantee dar conta.

5 – Que a dita Povoação he a melhor que pode haver nesta Capitania por estar situada na margem de um volumoso caldal chamado Piracicaba ao pe de um salto do mesmo caudal que abunda todo o ano muito peixe, no meio de um sertão de matos maninhos que há de ter mais de dezasseis legoas em quadra, todo capas de fundar muitissimas fabricas de açucar, pois produz todo o genero de culturas, com grandeza, e diferença tal que alem das canas serem muito boas, muito perfilhadas, são muito doces e de melhor ponto e ve-se mais que um so canal produz seis, e oito anos o mesmo rendimento, o que não acontece aos engenhos de Itu que apenas dao uma folha e pode ser que tendo aumento esta povoação se possa descobrir o ouro que consta das tradições antigas, alem das Fazendas que se podem fundar nos campos de Araraquara e pagar dizimos e quintos a Sua Magestade”.

Apesar da linguagem antiga, entrecortada, compreende-se que o problema da Vila de Piracicaba, na época, apesar de ser promissora, pela produtividade da terra e outras diversas razões, era: 1- O Capitão Povoador ser inoperante; 2 – Faltar padre que desse os sacramentos ao povo; 3 - Não se dar aumento forçado à população, com voluntários e “obrigados”, retirando-se pessoas das outras povoações existentes, mesmo que fossem pobres, sem recursos, ou sem utilidade naquelas. 4 – Não dar assistência à população, com ferramentas, pólvora, terrenos etc. E conclui o missivista com um elogio rasgado ao local onde se encontrava Piracicaba, inclusive vaticinando um futuro promissor, o que realmente veio a acontecer. Depreende-se que o documento, por estar anexo à carta de 6 de junho de 1784, tenha a sua mesma data.

A resposta do Capitão General a este ofício de 6 de junho de 1784 foi feita indiretamente por um de seus oficiais, como veremos abaixo (Nota 6):

P^a. o Cap. Mor Vicente da Costa Taq. Goes e Ar^a. = Do Secretr^o. =

O Illmo. E Exmo. Sr. Gov. e Cap. General para haver de determinar a mudança da Povoação de Piracicaba, sobre q. a pedim.to de seos moradores, Vm.ce, q. o haja de informar pr^o individualmente do terreno, onde mais bem se possa fundar a referida Povoação, q. Seg^o. mostram os Mapas, parece ser o melhor, junto a barra do Rio Piracicaba no Tiete, pouco abaixo do Rio Sarapuy, e Sorocaba juntam.te, p^a. desta situação se aproveitarem mais comodam.te da navegação de todos estes; ou se da p.te de ca do Tiete abaixo da d^a. barra do do. Sarapuy, e Sorocaba, ficará melhor; e finalm...te se da barra do Piracicaba, da pte. de la do Tietê, houvera, ou se podera abrir algúa picada facilm.te p^a. comunicação com as Campinas sem passagem destes Rios mayores: Que p^a. esta informação ouça Vmce. O parecer do Capm. Povoador Antonio Corra. Barboza, como experiente, e pratico daquelle terreno.

Deos ge. a Vmce. São Paulo 12 de Junho de 1.784. // Miguel Carlos Ayres de Carvalho.//

Na seqüência de documentos, vem a resposta do Capitão Mor de Itu, de 21 de junho do mesmo ano de 1784. É de se admirar a rapidez como circulava a correspondência naquela época. Dada a distância de aproximadamente 80 quilômetros de Itu à Capital, infere-se uma dinâmica missivística bastante grande entre o poder central e a capitania, apesar da inércia na tomada de decisões. Nessa resposta Vicente da Costa segue sistematicamente o roteiro ditado pelo Secretário do Governo, traçado no ofício transcrito acima:

“Ilmo e Exmo Sr

Recebi a ordem de V. Exa expedida pela Secretaria do Governo em 12 do corrente para informar eu com individualização sobre o terreno a onde mais bem se possa fundar a Povoação de Piracicaba, cuja mudança intentam os seus moradores; e para a eleição faz V. Exa memoria do lugar contiguo a Barra do Rio Piracicaba, no Tiete, pouco abaixo da do Rio Sarapuy, para desta situação se aproveitarem da comoda navegação de todos os três e do lugar da parte da quem do Tiete abaixo da Barra do Sarapuy (Nota 7) e do Sorocaba, juntamente que unidos entram acima do dito Piracicaba; como tão bem se da dita Barra deste da parte dalem do Tiete houvera ou se podera fazer facil alguma comunicação por picada para as Campinas e que sobre todo o referido desse comparecer o Capitão Povoador Antonio Barboza experiente e pratico daquele terreno. O parecer deste incluso remeto a V.Exa e conformando-me com ele sobre a mudança da Povoação de Piracicaba, acho que a paragem melhor para a fundação desta e a que o mesmo Reverendo Vigario, Capitão e povoadores tem elegido fronteira e muito vizinha a atual Povvoação e especifico as razões de melhoramento. A primeira he porque não deve ser despresado o contorno da

atual Povoação por ser muito alegre, sadio e fértil de caça e pescaria; livre de geadas e excelente para a cultura de cana, algodão e as demais plantações, como a V. Exa participei por carta de 28 de janeiro deste ano, e distante 13 ou 14 leguas desta Vila, da qual é aquele terreno o fiador para os estabelecimentos de engenhos de açúcar que ali com admirável comodo se podem e hão de fundar-se ao futuro; pois nesta Vila já não acham muitos aonde possam estabelecer-se e alguns hão de deixar os seus estabelecimentos por falta de lenhas. A Segunda é porque aquele terreno de melhor trânsito que temos para as campanhas de Araraquara, aonde tem fazenda o Dr. José Ignacio Ribeiro Ferreira e outras muitas se podem fundar e hão de fundar se depois de reconhecida a bondade delas, a exemplo do aumento da fazenda do dito Doutor e arrimados por perto daquela povoação aonde terão todo o socorro, singularmente o espiritual, cuja circunstancia he tão poderosa para se povoarem aquelas campinas, como tem sido a ereção das Igrejas de Itapetininga e Faxina para a multiplicação de fazendas que naquele contorno a pouco tempo se tem estabelecido. A terceira e ultima é a grande facilidade e nenhum incomodo que tem aqueles moradores em a mudança de Povoação para o dito lugar, pois lhes servem os mesmos sitios em que habitam e a condução que for precisa he muito facil por ser para muito perto. Ponderado pois ser este o melhor terreno para fundar-se a Povoação de Piracicaba, passo a descrever o que sinto sobre o da barra de Piracicaba e o dado Rio Sorocaba unido ao Sarapuy (ainda Nota 7).

Por tres principios he na verdade muito do meu conceito o fundar-se outra Povoação em algum daqueles lugares. O primeiro para servir de escala aos comerciantes do Cuiabá que vindo daquela Vila tem ali sentido as maiores necessidades; e alguns (segundo me dizem) morrido de fome. O segundo para esta Povoação comunicar-se o que me afirmam ser facil e perto com a vasta campanha que se acha no caminho que segue de Sorocaba para Iguatemi em que estão as fazendas de João Alves, o Alferes João Pires e o Capitão Mór Cláudio Madureira Calheiros e outras muitas se podem estabelecer; e a dita Povoação pode ao futuro servir de Paroquia aos habitantes daquelas fazendas e animar o estabelecimento de outras como levo referido. O terceiro e ultimo para embaraçar de alguma sorte a deserção de tantos soldados que seguem para o Cuiabá.

O Capitão Povoador Antonio Correa Barboza informa qual seja o terreno aonde mais bem se possa fundar a Povoação de Piracicaba cuja mudança intentam os seus moradores ou se junto a Barra do Rio Piracicaba no Tiete, pouco abaixo da do Rio Sarapuy, para desta situação se aproveitarem da comoda navegação de todos os tres, ou se da parte dalem Tiete abaixo da dita Barra do Sarapuy e Sorocaba, juntamente que unidos entram acima do dito Piracicaba; e ultimamente se da dita Barra deste da parte dalem do Tiete haverá ou se poderá fazer facil alguma comunicação por picada para as campinas. Itu, 21 de junho de 1.784. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha”.

Longa carta esta, em grande parte repetitiva, prolixa. Anexa, traz uma carta do Capitão Povoador, Antônio Correa Barboza para o Capitão Mor de Itu,

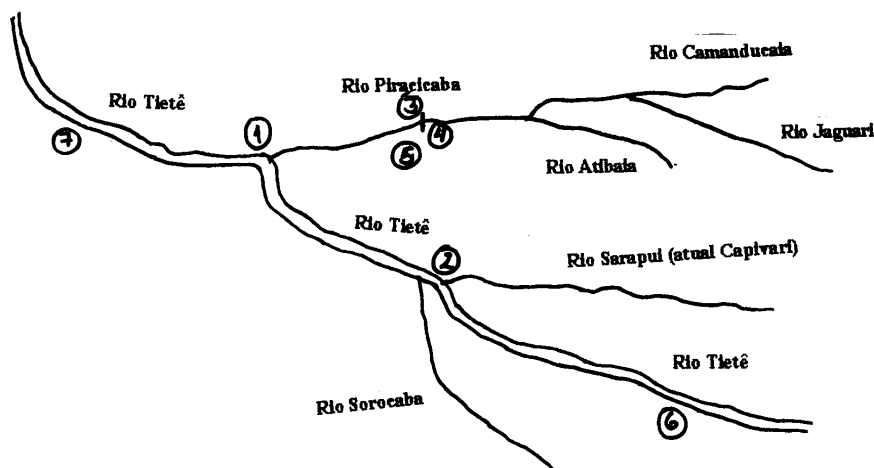
supreendentemente clara, bem escrita e objetiva. Como a grafia da assinatura é diferente da do texto, depreende-se que fora escrita a rogo do assinante, uma vez que por descrição do próprio Vicente Taques, o Capitão Povoador era iletrado. Esta carta foi emitida em Itu, talvez providenciada pelo próprio Capitão Mor para cumprir o ofício que lhe solicitava a opinião do Capitão Povoador de Piracicaba:

“Sr. Capitão Mor:

O terreno da Barra do Rio Piracicaba no Tietê, pouco abaixo da do Rio Sarapuy (sic), não é lugar suficiente para nelle estabelecer-se a nova Povoação, ou mudar-se a antiga de Piracicaba porque é cheio de pantanos e a terra esteril para plantações e pouco saudavel por sugeita a maleitas, por cujo motivo já o Sr. D. Luiz (Nota 8) a fundou nesse lugar a Povoação que quis fazer. Também não acho boa a mudança nem melhoramento algum descubro em terreno da parte de cá do Tietê abaixo da dita Barra do Sarapuy e Sorocaba juntamente; porquanto não temos conhecimento do saudável daquelas terras e capacidade para plantações e do lugar da antiga Povoação e seu contorno para onde se pode mudar, temos total conhecimento de que é mui sadio e fertil para toda a qualidade de plantas ao queaprovará.... o lugar que temos escolhido para mudarmos a Povoação por ser junto do Salto de Piracicaba, paragem alta, alegre, saudável muito perto da Povoação que presentemente se acha, de sorte que havendo mudança não perdem os moradores seus sitios. Também acho mui difícil toda a comunicação por picada da Barra do Rio Piracicaba para as campanhas do Aracoera (Araraquara) por ficar em meio o dito Morro, cuja passagem hé muito dificultosa. É o que posso informar a Vossa Mercê. Itu, 22 de junho de 1.784. Antonio Correa Barboza”.

Fazemos constar junto a este trabalho uma ilustração da geografia do local, uma vez que é difícil acompanhar o debate que a correspondência aqui transcrita faz dos prós e contras de cada localização possível para a mudança de Piracicaba.

Localização dos rios e suas barras que são citados neste artigo



1 - Barra do Rio Piracicaba: “Não é lugar suficiente para nele se estabelecer uma nova povoação ou mudar-se a antiga Piracicaba porque é cheio de pântanos e a terra é estéril para plantações e pouco saudável por sujeita a maleitas”.

2 - Barras dos Rios Sarapuí (Capivari) e Sorocaba: “Local desconhecido quanto à saúde e plantações. Não acho boa a mudança (para lá), nem melhoramento algum descubro, pois não temos conhecimento do saudável daquelas terras e capacidade de plantações”.

3 - Local da 1ª fundação de Piracicaba: “Há risco de vida no passar o Rio com cargas, trabalho de canoas e “perca”, sem necessidade alguma. Da igreja já caiu a parede e cairá novamente pois a terra é areenta e está à beira do rio e tem lagoa junto dela, quando há enchente”.

4 - Salto de Piracicaba: Abundância de peixes, todo o ano.

5 - Atual localização de Piracicaba: Paragem muito excelente, cômoda, terra de boa ligadura para edifícios, sem perigo de atravessar o rio; matos maninhos capazes de fundar muitíssimas fábricas de açúcar; produz todo o gênero de cultura; produz canas muito doces, touceiras de seis a oito, o mesmo rendimento, o que não acontece nos engenhos de Itu. Local muito sadio, alegre e fértil de caça e pescaria, livre de geadas e excelente para a cultura de cana, algodão e as demais plantações.

6 - Itu: Cidade onde estava estabelecido o Capitão Mor.

7 - Potunduba: “Ali já habitaram voluntários, alguns casais que me dizem ser o local muito fértil e de excelente habitação e que dele saíram pelo longe de sacramentos”

Continua a indecisão de local para onde ir tal povoação. Tem-se idéia, através dessa correspondência, de ser estático o governo da época, imóvel, cada qual em seu gabinete, trocando ofícios de lá para cá, sem tomar uma decisão ou providência. O Capitão Mor de Itu, subserviente, tem uma série de reticências e dúvidas a respeito do melhor local. Imagina-se, então, qual não seria a posição do Capitão General, nas mãos de quem é posta a última decisão, estando muito mais longe e muito mais mal informado! Assim, segue-se nova carta do Capitão Mor de Itu ao Capitão General da Capitania de São Paulo, ainda sobre o assunto da mudança de local da Povoação de Piracicaba:

“Do terreno da barra de Piracicaba diz o Capitão Barboza ser pantanozo, esteril e sujeito a maleitas, por cujo motivo, determinando o Exmo Snr. D. Luiz (ainda Nota 8), por carta de 4 de Janeiro de 68 que se povoasse, não chegou a povoar-se; outros me afirmam que pouco pantano tem, e lhes parece excelente para plantações, porem na verdade sujeito a maleitas.

Do terreno junto a barra do Sorocaba não acho quem me dê cabal informação; e só me dizem que da vista do Rio, não parece desagradável. Na dubiedade da-quele e incognição deste, sendo do agrado de V. Exa, que em aquela carreira se faça alguma povoação, acho preciso mandar-se explorar por pessoa agil e fi-dedigna tanto o terreno para a Povoação, como a comunicação para a campanha e achando-se um ou outra coisa, pode-se com facilidade e aos poucos fundar-se a dita Povoação, indo voluntarios alguns casais de Ararytaguaba (Nota 9), dos muitos que se acham desarranchados, pois agora me afirmam que alguns desejam estabelecer-se naquele continente e não fazem por falta de que os anime e abaixo de referida Barra de Piracicaba, dois dias de navegação, no lugar chamado Potunduba ja habitaram voluntarios, alguns casais, dos quais he um Francisco de Godoy, morador de Araraytaguaba que me diz ser mui fertil e de excelente habitação aquele terreno e que dele sahiram pelo longe de sacramentos: agora animados por V.Exa e com algum adjuvame de polvora e chumbo, de que eles mais necessitam, me parece, voltarão com gosto a povoar a paragem, que depois se explorada se reconhecer mais comoda para a Povoação, e passando eu mostra aos moradores de Araraytaguaba, quando V.Exa for servido, supponho descobrirei muitos voluntarios para povoadores. Da Barra de Piracicaba não ha comunicação alguma, nem se pode fazer com facilidade para as Campinas de Araraquara, por mediar o dilatado do morro deste nome, cuja passagem he dificultozissima. E o que posso informar a V.Exa que mandará o que for servido. Itu, 25 de junho de 1.784, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

Vem então a carta do Capitão General de São Paulo que põe fim ao debate sobre o local para onde deveria ir a povoação de Piracicaba (Nota 10):

“P^a. o mesmo Capm. Mor

Porq.to os moradores da nova Povoação de Piracicaba me representarão (pas-sado do verbo) q. segundo a experiencia daquelle terreno conseguirão melho-

ram.to nos seos interesses, e se aumentarão tambem os do Bem publico, e a mesma Povoação; mudando-se esta para a pte. de cá do Rio, logo abaixo do salto, onde ha terreno mais comodo p^a. o d^o. estabelecimento: e informado eu individualm.te, de q. com efeito será mais conveniente, tanto ao Bem publico, como particular da mesma Povoação, e ainda do Estado, a referida mudança: Ordeno a Vmce., q. com o Capm. Antonio Corr^a. Barboza, Povoador della, a possão mudar donde se acha, e situala na referida paragem da parte de ca do Rio Piracicaba, logo abaixo do salto, ou em todo o intervallo deste ate defronte da barra do Ribeyrão Corumbatay, onde melhor terreno houver p^a. a situação: principiando-se esta com os Assentos, e Termos necessarios p^a. constar: p^a. o q. convocará Vmce. Todas as pessoas, que quizerem concorrer e ajudar. Deos g.. a Vmce. São Paulo a 7 de julho de 1784. // Francisco da Cunha e Menezes. //

Houve, infelizmente, o extravio da carta do Capitão Mor de Itu, de 6 de agosto de 1784, que seria fundamental nos pormenores da mudança de Piracicaba, pois em 23 de agosto do mesmo ano, ele torna a escrever ao Capitão General, começando como se a mudança já fosse fato consumado:

“ Ilmo e Exmo Sr:

Por carta de 6 do corrente expus a V. Exa o que havia obrado em a Povoação de Piracicaba, cuja mudança foi V.Exa servido determinar-me a pedimento dos seos moradores.....”.

Sabe-se, pela atual posição em que a cidade de Piracicaba se encontra hoje em dia, que o local que venceu a pendência entre as várias posições discutidas, foi o mesmo descrito pelo Capitão General em sua carta, isto é, fronteiro à antiga posição, atravessando o Rio Piracicaba e um pouco a jusante do salto de mesmo nome.

II - FUNDAÇÃO DE NOVA POVOAÇÃO ALÉM DA DE PIRACICABA PARA SERVIR DE POSTO AOS COMERCIANTES E DEMAIS PESSOAS QUE VINHAM OU IAM A CUIABÁ:

Em meio à prolixidade do tema da mudança de Piracicaba de lugar, pode escapar ao leitor menos avisado que o Capitão Mor esteja propondo ao Capitão General a fundação de uma outra Povoação, além da de Piracicaba, no trecho de seu ofício de 21 de junho de 1784, atrás, quando diz: *“Por três princípios é na verdade do meu conceito o fundar-se outra Povoação em algum daqueles lugares. O primeiro, para servir de escala aos comerciantes do Cuiabá que vindo daquela Vila tem ali sentido as maiores necessidades; e alguns (segundo me dizem), morrido de fome.....”.* Assim, há uma resposta em separado desse mesmo ofício de 21 de junho de 1784, do próprio punho do Capitão General de São

Paulo (Nota 11), datada de 7 de julho do mesmo ano de 1784, sobre o estabelecimento dessa outra Povoação, junto à barra do Ribeirão Araraquimirim, ao que parece a atual Botucatu:

P^a. o Capm. Mor da V^a. de Itú, Vicente da Costa Taqs. Goes e Ar^a.

P^a. eu rezolver sobre a erecção de hua nova Povoação nos fundos do campo chamado Magro, da parte da ca do Rio Tiete ate a barra do Ribeyrão Araraquamirim, de q. sou informado, resultão grandes utilidades ao Bem publico, tanto da navegação p^a. o Cuiaba, como de todos aquelles Povos ainda vizinhos: e ser conveniente o reconhecimto. Daquelles campos p^a. se povoarem de estabelecimentos; tudo em utilid. Publica, e do Estado: Ordeno a Vm.ce, que propondo esta materia a toda a pessoa, que dizer hir ser povoadora, e estabelecer se na dita nova Povoação, p^a. q. fazendo numero suficiente, se erigir a mesma, e conceder-se-lhes os privilegios, que S. Mage. Determina, me daráaVmce delles uma relação.

Deos ge. A Vmce, Ss. Paulo a 7 de Julho de 1784. // Francisco da Cunha e Menezes. //

Extraviou-se aqui outra correspondência do Capitão Mor de Itu para o Capitão General da Capitania, datada de 1 de julho de 1784, pois em 9 de julho, tem-se a resposta à mesma (Nota 12) dada pelo Capitão General:

“P^a. o Capm. Mor Vicente da Costa Taqs. Goes e Ar^a.

Tenho prezente a carta de Vmce do primeiro do corrente em que participa o grave incomodo, que padecem os comerciantes que navegam do porto de Araytaguaba (ainda Nota 9), para o Cuyaba, por cauza de lhes fugirem nas vespas da viagem as pessoas que havião justo para a dita navegação, e as vezes com salarios adiantados se escuzão de cumprir os referidos ajustes; o que com efeito he prejudicialissimo ao dito comercio, e ofensivo ao mesmo Direito Pelo que ordeno a Vmce., que faça cumprir com pena de prizão, os referidos ajustes a todo aquele, que por tão estranho modo se escuzar delles; e favoreça, sem ofensa do mesmo direito, e no modo possivel, a mesma navegação, e comercio;. Deos guarde a Vmce. S. Paulo a 9 de julho de 1784 // Francisco da Cunha Menezes.

Como já dito, mais acima, a carta de 6 de agosto do Capitão Mor para o governador da Capitania de São Paulo também foi extraviada, perdendo-se pormenores sobre a fundação de nova povoação à beira do rio Tietê. Mas em 23 de agosto do mesmo ano, Vicente da Costa volta ao assunto:

“.....e agora outra vez me conduzo a sua respeitavel prezença a certificar que a pouco acabei de reduzir e se achão promptos para povoadores do rio abaixo, no cazo de que V.Exa resolva erigir ahí hua nova Povoação, vinte e sette cazaes

e duas viúvas, que com suas familias são cento e trinta almas. Maior numero de pessoas se me havia de offerecer para o mesmo intento se muitos não se persuadissem de que o destino he mui differente daquelle para que os convido, e desfeito este engano, mais povoadores contarei, e alem destes podem ir tão bem, querendo V.Exa; muitos vadios que vierão de Igoatemi e se achão derramados por esta Vila e seo termo, sem domicilio e terras para lavrarem, e eu os congregarei, o que sera util a elles e ao Estado.

Determinando V. Exa o estabelecimento da dita Povoaçam, cujos interesses na verdade me parecemtodos, permitta-me ponderar que para obviar-se o incommo da condução dos viveres para sustento dos povoadores em o anno futuro acho acerto mandar-se fazer já e logo em aquelle lugar uma roça de 40 alqueires de milho e feijão competente e a causa da precisa brevidade e ser todo o mês de Novembro o ultimo tempo para plantações de milho. Para isto he preciso aprontarem-se três canoas com 40 homens de serviço, alguns destes do numero dos povoadores e outros dos muitos vadios que vagão pelo contorno desta Vila, Sorocaba e Parnaiba, quando nesta Vila comodamente não se complete aquele numero e com ferramenta e munição competente para setenta dias mais ou menos, 20 dias para ida e volta, 20 para fazer-se a roça e 30 para esta secar e plantar-se e enquanto ela seca, podem já fazer o paiol para nele recolherem os viveres no tempo das colheitas em o qual com toda a comodidade podem ir os casaes e eu com eles sem o menor interesse, como lhes tenho prometido a dirigir seus estabelecimentos e fundar a dita Povoação se V. Excia não determinar esta diligencia a outrem de melhor conceito e satisfação.

Também permita-me VExa por na sua lembrança que o lugar que me parece mais proporcionado para o intento he o Potunduba, oito dias distante do Porto de Araraytaguaba não só por ser terreno fertil e excelente para cultura segundo me afirmam muitos que ali moraram e o deixaram pelo longe dos sacramentos e de presente residem em Araraytaguaba; mas tambem por ser mais pronta escala aos que vem do Cuiabá e poder comunicar-se segundo me informam da parte norte com os campos de Araraquara e do Sul com as fazendas de João Alves e de outros que referi a VExa em minha anterior e ao mesmo João Alves roguei com todo o esforço e dispus para explorar esta comunicação a cuja diligencia parte nestes tres dias.

O Capitão Joaquim de Meyra e Siqueira se me oferece para ir fazer a roça e ir depois comandar a Povoação, com tanto que perceba algum premio e suposto que a este Capitão (falando eu dentro em o Gabinete de VExa) acho com algumas facilidades e velho, contudo está forte e duro e me parece apto para o intento, pois é bonachão e com algum geito para crear. Tudo o que tenho referido ser necessario porei pronto ao primeiro aceno de VExa; e pode tambem servir o mantimento do Armazem de Araraytaguaba estando incorrupto. VExa como meu Mestre e meu General se dignará ensinar-me e determinar-me o que for servido. A Illma e Exma pessoa de VExa que Deos mui felizmente por dilata-los assim como nos he mister. Itu, 23 de Agosto de 1784. De VExa o mais humilde e obediente sudito. Vicente da Costa Goes e Aranha

Interessantíssima esta carta, pois demonstra por um lado todos os pormenores e problemas sobre a fundação de um povoado, como o arranjo de habitantes, de víveres, transporte e comunicação; por outro lado, o cuidado para não ferir a Autoridade, demonstrando muita sapiência, ensinamento, interesse próprio e pressão na obtenção de resultados. No entanto, uma semana após, vem a resposta do Capitão General, verdadeira “água fria na fervura”, já não de próprio punho, mas assinada por seu secretário, pois adia para o próximo ano a empreitada:

“Para Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, Capitão Mor da Villa de Itu = Do Secretário=

O Illmo. e Exmo. Sr. Gov. e Cap. Gen. me ordena, que eu responda as cartas de Vmce., respectivas a erecção da Povoação Rio abaixo, que lhe pondera, diga a Vmce. Que como estamos quazi no fim do ano, e as dispoziçoens para isso levaião tempo, que se não poderia bem conseguir hum bom principio, o difere para o ano que vem; e que Vmce. Assim anime aos Povoadores, que pretendiãõ ocorrer; e que não cessando no entanto de mandar-lhe o Plano do que achar João Alz' no descobrimento, ou reconhecimento a que Vmce. O mandou, continue em mandar reconhecer quanto naquelle sertão for possível, afim de mayor conhecimento para as utilidades da dita Povoação. Deus guarde a Vmce.. São Paulo a 30 de Agosto de 1784 // Miguel Carlos Ayres de Carvalho.

Nada mais foi possível achar nos Arquivos do Estado ou nos Documentos Interessantes sobre a nova povoação Tietê abaixo. Certamente esta última carta trouxe grande decepção ao Capitão Mor de Itu, tão interessado e entusiasmado estava ele no empreendimento. Cremos, no entanto, apesar da falta de dados sobre o acontecimento, que a empreitada se realizou no ano seguinte ao da carta. Infelizmente, falta-nos o nome atual de tal localidade.

III - DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE UM PADRE PARA A POVOAÇÃO DE PIRACICABA; QUIZILA DO CAPITÃO MOR DE ITU CONTRA O CAPITÃO POVOADOR DE PIRACICABA

Grande foi a luta do Capitão Mor de Itu para fazer com que um pároco permanecesse na Vila de Piracicaba. Além da cõngrua (pagamento ao pároco) ser baixa, o Capitão Povoador tinha hábitos e tratamento pessoal difíceis de se tolerar. Inúmeros padres estiveram na Freguesia (Nota 13), nos primeiros anos de sua existência.

Assim, passados alguns meses, volta o Capitão Mor de Itu a travar mais uma de suas campanhas para obtenção das bênçãos do poder central da Capitania

a uma de suas novas intenções. Em 8 de janeiro de 1785, Vicente da Costa envia mais uma carta ao General Governador da Capitania:

“Copia da carta que dirigi ao Ilmo e Exmo Sr. Francisco da Cunha e Menezes (anotação manuscrita do próprio Capitão Mor)

Ilmo e Exmo Sr

Faço presente a V Exa que no convento desta Vila se acha o muito reverendo frei Thomé de Jesus Paroquo da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba (ainda Notas 4 e 13); e procurando-o eu, me disse que tivera obediencia do seu Padre Reverendo para o convento de Santos para onde se conduzia e que disto fizera aviso do Exmo e Reverendo Sr. Bispo e pouco depois tambem se me participou que ele mesmo procurara a referida obediencia. Esta noticia e aquela proposição me constituiram inteiramente magoado, absorto e vacilante: magoado, por ver que naquela Freguesia tão fertil e digna de ser habitada, como por vezes tenho exposto a V.Exa, já mais se pode conservar um Paroco que apascente aquelas ovelhas e congregate outras tantas aquele rebanho: vacilante na consideração de que indo o dito Reverendo Paroco para aquela Freguesia, voluntario e não obrigado por pessoa alguma escuzava procurar obediencia do seu Padre Reverendo para recolher-se; pois bastava recorrer ao Exmo e Reverendissimo Sr Bispo expondo-lhe a sua total inabilidade para aquele ministerio; por causa de seus muitos anos e participar-me que lhe não era possivel continuar naquele emprego para que eu o tinha procurado pois assim como fui o movel para ser ele provido, tambem seria para a sua recolhida, procurando outrem para o suceder e não ficarem aquelas miseraveis almas sem o pasto espirital de que muito necessitem”.

Deste trecho tortuoso não se depreende o que Vicente da Costa está querendo revelar. Parece que está enciumado por ter o Pároco procurado os superiores eclesiásticos para deixar a Freguesia de Piracicaba, sem antes consultá-lo. Mas está preparando terreno para investir contra o Capitão Povoador Antônio Correa Barbosa, a real causa da debandada dos Párocos da Freguesia, como se verá a seguir:

“Estas circunstancias me obrigaram a sondar mais vezes o fundo do peito do dito Reverendo Paroquo, e ultimamente me participou que desgostoso e escandalizado das desordens do Capitão Comandante Antonio Correa Barbosa que jamais tem termo assim obrava receando talvez que Sua Exa Reverendissima deixasse de atender a sua representação e que eu o impotunasse com rogos, para continuar em dito emprego. Deixando porem de qualificar a ação do dito Reverendo Paroco e de ponderar quanto sinto a ausencia de tão excelente Pastor, passo a exprimir a V.Exa aquilo que a obrigação de meu cargo me não permite calar. A esperança de que o Capitão Antonio Correa Barbosa com o esforço de minhas repetidas repreensões e providencias reformasse a sua conduta e fosse util a aquela Povoação, a grande compaixão e falta de valor

que eu tinha para concorrer a que se separasse do meu corpo uma parte por gangrenada lutavam até aqui na balança que tenho de zelar do aumento da dita Povoação e com a responsabilidade em que estou para com Deus e Sua Magestade pelas desordens a que eu falando e expondo se pode dar ultima providencia; e reconhecendo eu agora a estes com mais peso do que aqueles com ultimo desengano afirmo a V.Exa que não he util ao aumento espiritual e temporal da dita Freguesia a continuação do governo do dito Capitão. Esta proposição he do Illmo Reverendissimo Paroco Frei Thome de Jesus e voz quase unanime daquele povo; e com ela me conformo não so pela experiencia de 18 anos em que o dito Capitão tem ali comandado, mas tambem pela de 6 anos que sou Capitão-Mor.

Pronto! Vicente da Costa conseguiu declarar o que trazia na alma: não suportava mais a presença de Antônio Correa à frente de Piracicaba. Agora poderia desabafar o que tinha preso na consciência; desta vez ele está mais virulento, solto, eloqüente e irônico em suas missivas. Talvez a razão esteja no fato de o Capitão General não ser mais o mesmo que o tornava tão respeitoso e solene. Francisco da Cunha e Menezes deixara o cargo em maio de 1786 e agora “reina-va” na capital o interino (Nota 14) Marechal José Raymundo Chichorro. Ou, possivelmente, por estar mais maduro e senhor de sua posição como Capitão Mor, agora no sexto ano de sua gestão. Continua a sua peroração:

“No decurso de 18 anos vemos conservarem-se naquela Povoação alguns indios de que o referido Capitão percebe utilidade e poucos homens e terem saído alguns e deixado se entreter muitos por temerem os seus despotismos e desordens e sairem dois Parocos mui escandalizados dele, dizendo que ele ali não os quer. Vemos mais o total atraso daquela Freguesia por falta de direção, havendo muitos meios para o seu aumento; e ultimamente a melhor e maior parte do povo mui desgostosa, dizendo que o dito Capitão quer se ver só e senhorar só, como seu sitio, aquele lugar. No decurso de 6 anos em que sou Capitão Mor tenho nele observado uma total inaptidão para aquele aumento, total indignidade para Diretor, nenhuma execução das ordens que se lhe dirigem e uma continua paleação, executando tudo de língua e nada em realidade. Infinitas vezes o tenho repreendido e dado a conhecer os seus erros, singularmente quando em o ano preterito por ordem de V. Exa fui ao fundo dos queixumes que contra ele fazia o povo e quando fui a fazer a mudança daquela Povoação; porém nada aproveitado por ser nele a facilidade e inercia tão conaturais, como inseparáveis. Estas experimentaram e conheceram os Exmos Antecessores de V.Exa; o Sr. D. Luiz (ainda Nota 8) em as repetidas frações das suas ordens e continuados enganos que lhe fez singularmente quando lhe determinou a abertura do Caminho deste Continente para o Rio Grande para comunicação de Iguatemi, em cujo serviço fazendo o dito Capitão quase nada, escreveu-lhe dizendo que estava próximo as margens do Rio Grande, cuja noticia supondo o dito senhor verdadeira, em poucos dias conheceu o engano que se lhe havia feito e em punimento deste mandou o dito Capitão para a praça de Iguatemi, de

onde voltou com tanta ou maior facilidade para enganar. O Sr. Martim Lopes (Nota 15) logo nos primeiros principios do seu governo o conheceu e fez patente o conceito que dele formava por cartas que lhe dirigiu das quais tenho algumas em meu poder.

Em fim, meu Sr. Exmo, para fazer em uma clara e distinta definição do carater do dito Capitão figuro na respeitavel presença de V. Exa a um indio de qualquer Aldeia, porem branco de origem, muito forte, duro, animoso, agradável, agil para a caça e pescaria, totalmente desgovernado, inutil para si e para os seus, sem regra, sem palavra e inabil para qualquer instrução e reforma, este he o Capitão Antonio Correa Barboza. Nisto exprimo os ultimos sentimentos de meu peito e estou certo de que com as minhas expressões se hão de conformar todos os que dele tiverem um sincero conhecimento. Deixar eu de procurar Paroco que continue naquela Freguesia não cabe no meu animo pelos atendiveis clamores que ouço daqueles paroquianos, e também procurar Paroco para em breve tempo sair, como os demais, escandalizado do dito Capitão, acho ação discreta. Bem vejo que a congrua (ainda Nota 13) de 60\$000 reis que aquele povo ora oferece é muito diminuta para a conservação de um Paroco, mas tambem conheço que sendo a mão de Deus abreviada, e sendo aquele fim tão santo, e justo, não faltariam sacerdotes regulares que com essa diminuta quantia se contentassem e na certeza de que aumentando-se a Povoação tambem se aumentava a congrua; e suposto que aquele povo seja pobre, contudo essa diminuta congrua se há de contribuir prontamente havendo um chefe zeloso que cuida na sua arrecadação. Se houvera algum meio para que ficasse o dito Capitão sem o desar (Nota 16) da baixa e com as honras de seu cargo e se fizesse novo Comandante ou novo Diretor, para aquela Povoação, muito estimaria eu. V. Exa pesando o que tenho referido com o seu indezevel (sic) zelo e prudencia me determinara o que for servido a que eu darei cumprimento com a mais pronta e fiel obediencia. Deus guarde a Vossa Exa mui felizmente por dilatados anos, como nos he mister. Itu, 8 de Janeiro de 1.785. De V. Exa o mais humilde e obediente sudito.

Vicente da Costa Taques Goes e Aranha”.

O “santo” do Capitão Diretor de Piracicaba, no entanto, parecia ser muito forte, pois nada conseguia tirá-lo de seu posto. Seria inércia dos Capitães Gerais? Haveria alguém protegendo o Capitão Diretor? Ou, na Capital, não acreditavam nas acusações que Vicente da Costa fazia? A verdade é que nada se movia e o Capitão piracicabano não se arredava do cargo.

Assim, em 18 de outubro de 1786, 20 meses após o bombástico mas ineficaz officio anterior, estando em São Paulo, o Capitão Mor comete mais um de seus officios:

“Suplica o Capitão Mor do Destrito com sobre o presente requerimento

São Paulo a 18 de outubro de 1786

Dizem os moradores da povoação de Piracicaba, termo da Vila de Itu, que sendo aquela povoação principiada ha vinte anos com pouca diferença, em tempo do Exmo General D. Luiz Antonio de Souza (ainda Nota 8), mandou este para povoadores daquele continente individuos da infima plebe, como foi mulattos, indios, bastardos e aqueles que pela sua má conduta se faziam inuteis nos lugares de sua antiga residencia: e pela melhor economia da dita povoação proveio a Antonio Correa Barbosa em Capitão Director dela, o qual foi governando aqueles novos povoadores, não como tais, mas sim como seus escravos, ou pelo menos seus administrados (Nota 20) ocupando-os mais no seu particular serviço que no adiantamento da nova Povoação e estabelecimento dos ditos moradores; e sucedendo pelo decurso dos anos entrarem povoadores de diferente e melhor qualidade conhecendo estes grande incomodo na falta de sacerdote que lhes administrasse o Pasto Espiritual na dita Povoação tão entranhada naquele sertão que dista quatorze leguas da Vila de Itu entrarem os mesmos a rogar e de fato conseguiram da piedade de Sua Exa Reverendissima constituir-lhes Freguesia (ainda Nota 13) na dita povoação e provê-la de vigário e querendo este na dita Povoação e Freguesia exercer bem as funções do seu ministério e congregar aquele rebanho tão costumado a sua vida alheia do Cristianismo se opôs o dito Capitão a agir em forma que o sobredito Reverendo Vigario achou ser prudencia retirar-se da Freguesia; e refletindo os moradores no seu incomodo, vendo-lhes expostos a viver e morrer como irracionais, tornaram a pedir novo Pastor e interessando-se o Exmo General que então existia o conseguiram da benignidade de sua Exa Reverendissima apesar das informações que haviam da opposição do Capitão Diretor aos reverendos vigarios; e querendo este segundo praticar as maximas do Cristianismo como havia feito o primeiro encontrou a mesma opposição e talvez com justo temor desertou da Freguesia ficando os moradores totalmente desanimados vendo-se expostos a morrerem como brutos querendo como este varão sair daquela povoação e seus estabelecimentos; ficando tão bem intimidados os que queriam enviar de novo para aquela povoação e tão bem os sabedores que daqui em diante hão de impugnar o ir para aquela Freguesia em razão de tão forte opposição não se atrevendo a publicar as circunstancias talvez como se não atrevesse a proferi-las; e porque foi aquela povoação erecta para o bem do Real fervor e no decurso de tantos anos tem a experiencia mostrado não ter adiantamento e nunca a terão enquanto governar aquele Capitão Diretor, porque antes os moradores existentes não poderão demorar-se mais tempo, antes sim procuram retirar-se como já alguns tem feito. Pelo tudo conhecendo os supplicantes a V. Exa em loco tenente da Magestade para socorrer e providenciar em casos tais e conhecendo outros sim na egregia pessoa de V. Exa um animo catolico e conhecimento claro para com discernimento conhecer a verdade.

Que a V. Exa seja servido informar-se do exposto, e a providenciar no caso sempre na certeza de que enquanto governar aquele Capitão Diretor nunca será a dita povoação util, nem terá adiantamento. Os supplicantes não tem a menor duvida justificar o expellido, se V Exa for servido caso se encubra a verdade. ERM (Nota 18)

Não encontramos a resposta a este requerimento, no Arquivo do Estado de São Paulo. Mas em 29 de novembro do mesmo ano, cerca, portanto, de um mês e 11 dias do anterior, aparece o colossal, analítico, consubstanciado e insistente requerimento, a seguir transcrito:

“Illmo e Exmo Sr.

Em oito fundamentos se estabelece a substancia do presente requerimento dos moradores da Povoação de Piracicaba termo desta Vila sobre que V Exa é servido determinar-me que eu informe. A primeira que aquela Povoação foi principiada a vinte anos (Nota 19), mais ou menos, em tempo do Exmo General D. Luiz Antonio de Souza, com individuos da infima plebe, de má conduta e inuteis aos lugares de antiga residencia. O segundo, que provendo o mesmo Exmo Gal. a Antonio Correa Barboza a Capitão Diretor daqueles para melhor economia da dita Povoação este a regeira não como a moradores mas como a escravos ou administrados (Nota 20), ocupando-os mais no seu particular serviço do que no adiantamento da Povoação e estabelecimento deles. O terceiro, que entrando maior copia de povo e de melhor qualidade e sentindo falta de pasto espiritual, pela distancia de quatorze leguas que intermediam esta Vila e a referida Povoação, procuraram Paroco e o conseguiram da piedade de Sua Exa Reverendissima. O quarto, que querendo este cumprir as paroquiais obrigações como devia, de tal sorte se lhe opôs o dito Capitão que ocasionou que ele se retirasse daquela Freguesia. O quinto, que sentindo os suplicantes com o regresso deste o mesmo ponderado incomodo, que em principio padeceram, segunda vez procuraram Paroco e o conseguiram. O sexto, que propondo-se este a executar o seu dever encontrara a mesma opposição, deixara a Freguesia talvez com justo temor, ficando os suplicantes em total desamparo, e intimidados os que pretendiam entrar para aquela Povoação; e os sacerdotes com justo motivo para impugnarem o exercicio daquela Paroquia. O setimo, que sendo aquela Povoação ereta para o bem do Real serviço, nenhum aumento tem tido e nem o terá enquanto governar o dito Capitão; mas antes se destruirá, deixando-a os suplicantes, como alguns tem feito. O oitavo, que a providencia a tanta ruina procuram da poderosa mão e indefectivel justiça de V Exa, como loco tenente da Magestade.

Todos os fundamentos referidos são inteiramente verdadeiros. Fundou-se a Povoação de Piracicaba em o primeiro dia do mês de agosto do ano de 1767, com indios, vadios, dispersos e vagabundos que mandou congregar o Exmo Sr. D. Luiz e pelo mesmo foi nomeado Diretor e primeiro povoador Antonio Correa Barboza por provisão de 24 de julho de 1766, em a qual como dela se vê se lhe encarregou a regencia daqueles moradores com toda a suavidade e sem vexação, e que de todos os acontecimentos fizesse aviso para se darem as providencias necessárias e concorrendo povo de melhor qualidade foi o dito Diretor promovido a Capitão pelo mesmo Exmo General em 11 de Dezembro de 1771. É certo que esquecendo-se o referido Capitão Diretor daquelas determinações e abusando do seu poder não regeu aqueles como a povoadores libertos mas como a servos, castigando-os com açoutes e a pau. Com açoutes como

praticou com Antonio de Pontes, Lourenço Roiz e Manoel da Costa e a páu a José Francisco, João da Silva e Januario de tal e como escravos os ocupava em o seu particular serviço. É certo que vivendo aqueles habitantes por espaço de seis anos, dez mezes e vinte dias sujeitos a voz Paroquial desta Vila, com grave detrimento pela referida distância clamaram ao Exmo Reverendissimo Prelado, cuja piedade se dignou constituir freguesia aquela Povoação, destinando por divisa o Ribeiro Capivari e sendo provido Paroco desta o Ver. Padre João Manoel da Silva, Presbitero secular de virtude e letras, tomou sobre a Igreja no dia 21 de junho de 1774. É certo que querendo este cumprir as suas obrigações fez lhe em breve tempo fortes encontros o referido Capitão e alem de muitas circunstancias de desgosto que lhe ocasionou, fez chegar a presença do mesmo Exmo Prelado, em 24 de agosto de 1775, um requerimento de queixume contra o dito Rev. Padre e vendo este que a sua voz e sua diligencia não podiam frutificar, havendo aquela opposição, procurou do Exmo Prelado licença para retirar-se e conseguindo-a, deixou a Igreja no dia 22 de Dezembro de 1776, queixando-se publicamente do Referido Capitão e que este era a causa da sua retirada e que o pouco que ali ganhava se contentaria se não tivesse aquela opposição cuja circunstancia calei na memoria que descrevi do estabelecimento daquela Freguesia em honra ao mesmo Capitão; e ficou a dita Freguesia reunida a esta Paroquia pelo espaço de sete anos, cinco mezes e dois dias.

É certo que a Providencia Divina compadecida de tanto clamor daquele povo permitiu que ferindo este os meus ouvidos me obrigasse a procurar com todas as forças o remedio. Ao Capitão de Granadeiros Candido Xavier de Almeida e Souza meu amigo escrevi em 28 de Janeiro de 1784, pedindo-lhe com empenho que procurasse pelo contorno desta Cidade a algum religioso que com a anual congrua de sessenta mil reis quizesse ser Paroco daquela Freguesia e frutificando Deus a diligencia a poucos passos achou o dito Capitão ao Religioso Franciscano Frei Thome de Jesus (Nota 17) de propecta idade e exemplar conduta que não pôs duvida em sujeitar-se as pensões de Paroco que muitas vezes em Real serviço tinha exercido. Com esta certeza que me participou o dito Capitão escrevi em 23 de maio de 1774 ao Exmo Antecessor de V Exa, suplicando-lhe que atendendo aos gemidos daquele povo interpusesse o seu respeito para consecução de Paroco e condescendendo ele em as mesmas rogativas alcançou do Exmo Prelado Provisão para o dito religioso em 7 de abril do mesmo ano e tomou este posse da Igreja em 23 de Maio seguinte. É certo que o dito segundo Paroco em muito diminuto tempo ficou gravemente escandalizado do dito Capitão, pois indo eu aquela Freguesia em julho do mesmo ano, por ordem do Exmo Antecessor de V. Exa, para a mudar da parte dalem para a parte de aquem do Rio Piracicaba, fortemente se me queixou do referido Capitão o dito Paroco e satisfazendo-o eu e repreendendo a aquele acremente e acomodando tudo, pouco ou nada aproveitou a minha diligencia pois continuando a mais as desordens do referido Capitão de que o dito Rev. Paroco me fez repetidas queixas, desgostou-se este tanto que em fins de Dezembro do mesmo ano saiu daquela Freguesia e veio a esta Villa com animo de não voltar; porem, acomodando-o eu e repreendendo com maior acrimonia ao referido Capitão voltou para a Freguesia o dito Paroco; e estando nela por espaço de seis me-

ses, vexado e escandalizado de cada vez mais, deixou ultimamente a Freguesia em o mês de julho deste ano segundo minha lembrança, queixando-se amarga e publicamente de Referido Capitão; o que V.Exa a ele mesmo pode ouvir pois no Convento desta cidade se acha.

É certo que sendo aquela Povoação erecta para o bem do Estado, nenhum aumento tem tido por causa deste Capitão e nem o terá enquanto ele governar; pois totalmente não atende ao bem espiritual e temporal daqueles moradores: e também é certo que da data da Povoação tem saído alguns por aquele motivo como foi Cristovão Correa da Costa, homem branco e familiarado e outros; e também sei que muitos casais não vão a se estabelecer naquela Povoação temendo as referidas desordens de que continuamente se queixam todos os moradores. Em dezembro de 1783 queixando-se estes do referido Capitão ao Exmo Antecessor de V. Exa e indo eu a essa Capital em janeiro de 1784 ordenou-me o mesmo Sr. que conhecesse eu dessas ordens e pacificasse tudo. Assim o executei, aplicando todos os meios que me ocorreram para uma total reforma; porém, pouco tempo durou e nada aproveitou. Na proxima vez que o Reverendo Padre Thome saio daquela Povoação com animo de não obrar, tendo ele já último desengano da conduta do referido Capitão, representei ao mesmo Exmo Antecessor de V. Exa os meus sentimentos; por carta de 8 de janeiro de (17)85, cuja copia apresento em nº 5; e em resposta me determinou o mesmo Senhor que continuasse a repreender ao dito Capitão; e acomodar aquela desordem. Assim o fiz, porém sem fruto algum, como fica referido. Está aquela Povoação constituída (em) um couto dos maiores insultos. A minha voz não se ouve, as minhas ordens e providencias não se executam. Os individuos de melhor conduta não são aceitos, os criminosos ali acham asilo, como Francisco Pedroso, querelado na Vila de Faxina pelo rapto que fez de uma moça, com a qual foi morar a sombra do referido Capitão; e vindo em seu segmento, o pay da mesma com uma precatória daquele juizo e apresentando-a ao Doutor Corregedor Barroso que nesta Villa estava de correção pediu-me o dito Corregedor que pelo referido Capitão mandasse cumprir aquela precatória, coordenando-lhe eu com o mayor empenho esta execução deu fuga a um e outro; tambem como o criminoso José Soares com quem ainda a pouco teve o dito Capitão trato e conversação familiar, sendo sabedor das apertadissimaas ordens para a sua prisão; e também alem de muitos que não expresso como João Benedito, preto forro, que depóis de ferir mortalmente ao pardo João de Almeida, saiu daquela Povoação a vista de todos, sem que para a sua captura fizesse o dito Capitão a menor diligencia. Estes e outros infinitos absurdos e desordens tem posto aquela Povoação em tal desesperação e ira que chegaram a blasfemar que o referido Capitão há de ir ao inferno montado em mim; ele pelos insultos que comete e eu por não dar a ultima providencia; supondo que nas minhas mãos está o seu remedio. É o que posso informar a V. Exa que mandara o que for servido. Itu, 29 de novembro de 1786. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

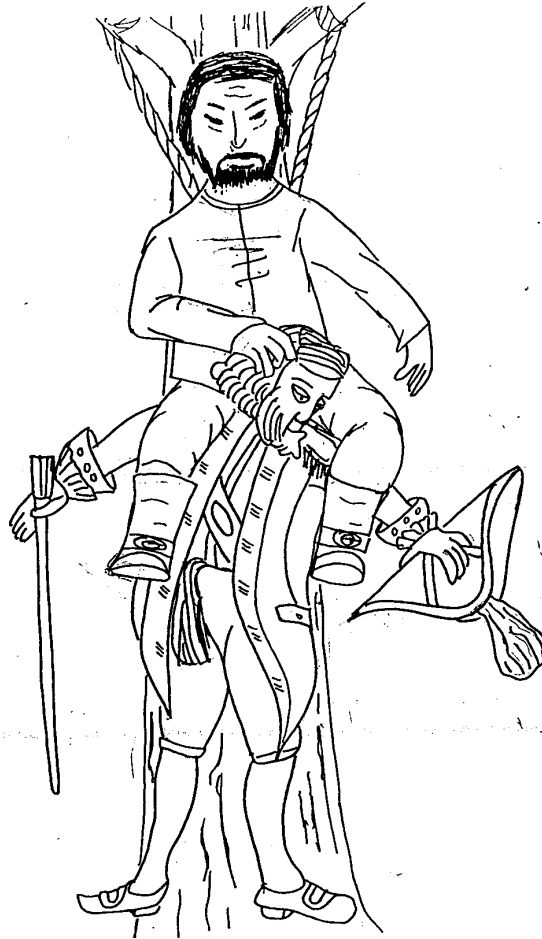


Ilustração das palavras do Capitão Mor de Itu sobre o que a população de Piracicaba dizia de seu destino, face às arrogâncias e desobediências do Capitão Diretor. Alegoricamente, se referia à cultura popular de comemoração da Semana Santa (Sábado de Aleluia), quando o Demônio atormentador (Antônio Correa Barbosa) desce ao Inferno, montado em Judas traidor (Vicente da Costa Taques Góes e Aranha). Antônio Barboza aparece como descrito pelo Capitão Mor – “*um índio de qualquer Aldeia, porém branco.....*” – e Vicente da Costa, como foi retratado pelo seu contemporâneo, Miguelzinho Dutra – solene, formal, cabeleira empoada, casaca agalonada, punhos de renda, bengala, chapéu bicorne com plumas. A sua expressão é de derrotado face à empáfia do Capitão Diretor.

Como visto, é neste ofício que aparece a pitoresca declaração de Vicente da Costa sobre o que a população de Piracicaba achava do seu comando ineficaz

sobre o Capitão Povoador, que os fariam terminar indo ao inferno, o segundo montado no primeiro. É uma alusão pitoresca ao costume folclórico da região, que na Semana Santa reproduz, através de bonecos, a ida de Judas ao Inferno, com Satanás sentado em seu cangote. Antigamente, aos sábados, e atualmente, por imposição da Igreja, aos domingos, o povo se reúne, em torno de um poste que tem ao alto dois bonecos: mais em baixo, Judas; ao alto, suspenso, ainda pairando, Satanás, com asas e rabo, garfo na mão, todo em vermelho, expressão aterrorizante. Precisamente, ao meio-dia, começa o estrepitar ensurdecedor de fogos de artifício, quando Satanás é baixado por cordéis sobre os ombros de Judas e ambos explodem, fazendo estilhaços voarem em todas as direções, para gáudio da população que, embaixo, aplaude o fato, delirantemente. Simboliza a vitória de Satanás sobre Judas e a ida de ambos para o Inferno. Esse costume é antigo, do tempo colonial. Debret (Nota 21) representou essa cena cultural em um de seus desenhos. Fizemos constar, abaixo, a nossa versão da cena, representando o Capitão Diretor com o seu aspecto de índio civilizado, como o Capitão Mor o descreveu na carta de 8 de janeiro de 1785, atrás transcrita, e este próprio com suas roupas antiquadas, como foi mostrado em aquarela famosa, por Miguelzinho Dutra, seu contemporâneo (Nota 22).

Após o longo ofício transcrito acima, não há mais indicações de problemas havidos com párocos em Piracicaba. Mas, logo após, em 14 de fevereiro de 1787, há (Nota 23) um ofício do Capitão General de São Paulo, determinando a Vicente da Costa que apresente três nomes de pessoas idôneas, para uma delas ser escolhida para o cargo de Diretor da povoação de Piracicaba, “*em lugar do Cap. Antônio Correia Barbosa que o exercia, e foi ezento (sic) por moléstia*”. A verdade é que Antônio Correia Barbosa obteve uma sesmaria na região de Mogi Mirim e para lá se mudou. A notícia da morte deste Capitão é de 1791. Findaram-se, portanto, os problemas de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha com o Capitão Antônio Correia Barbosa. Isso não quer dizer que os seus tormentos se findaram. O novo Capitão Diretor de Piracicaba também veio a dar dor de cabeça a Vicente da Costa.(Nota 24).

IV – O DESCUMPRIMENTO DE PALAVRA DO CAPITÃO DIRETOR DE PIRACICABA, ANTÔNIO CORRÊA BARBOSA:

Embora sejam fatos ocorridos antes de Vicente da Costa ser guindado a Capitão Mor de Itu (Nota 25), como complemento do que foi narrado sobre o caráter de Antônio Corrêa Barbosa, resta-nos contar dois episódios ocorridos com ele que mostra sua singular maneira de proceder:

a) **O caso das sete canoas:** O autor Mário Neme (Nota 26) cita documentos que comprovam este caso: no governo do Morgado de Matheus (Nota 8);

este, para ajudar os povoadores do recente ajuntamento (1768), ordenou que se comprassem destes povoadores as canoas necessárias às expedições para Iguatemi, Colônia recém fundada em Mato Grosso. Para tal, o ituano Francisco da Cruz foi escolhido para financiar sete canoas que os piracicabanos iriam construir, sob o comando do Capitão Diretor, Antônio Corrêa Barbosa. A ordem, através de carta, é de 19 de agosto de 1768. Francisco da Cruz prontamente atendeu ao pedido do Capitão General de São Paulo, adiantando o pagamento de duzentos e treze mil réis. Três meses depois, porém, nada havia sido providenciado. O Morgado de Matheus zeloso em suas atividades de governo, ordena ao seu ajudante Teotônio José Zuzarte, homem por demais conhecido por ser o impulsor da Colônia de Iguatemi, para verificar o que está acontecendo em Piracicaba, pois as canoas não ficavam prontas. A resposta veio de imediato: *“Eram grandes os desconcertos em que está este negócio”*. O Morgado de Matheus ordenou ao financiador ituano suspender o fornecimento de dinheiro. E ao Capitão Diretor de Piracicaba escreveu que não poderia *“deixar de estranhar a vos-samercê o descuido que tem havido na fábrica das canoas que ofereceu postas e acabadas no Porto de Ararituaba....”*. E continuava: *“...e porque desta desordem poderá nascer conseqüências muito perniciosas ao bom estabelecimento em que desejo ver promovidos esses moradores, por não haver quem queira fazer-lhe assistência do necessário, havendo falta de satisfação do que já se deve”*. E concluía, com certa veemência, como se aquilo pudesse chegar a intimidar o nosso folgazão Antônio Corrêa: *“...sem a mais leve demora, ou desculpa que não admito, cuide em fazer prontas e acabadas, as referidas canoas.”* No entanto, o Capitão Diretor “trazia o freio entre os dentes”: fazia o que bem entendia. Cinco meses depois entregou quatro canoas e não mais se ouviu falar do restante do pedido.

b) Dívida não paga: Antônio Corrêa Barbosa contraiu uma dívida com um certo Inácio Borges da Silva, tendo como fiador o Capitão Mor de Ararituaba (ainda Nota 9) mas não se movia para pagar. Tanto que, em 26 de junho de 1777, há uma carta do Capitão General de São Paulo, da época, Martim Lopes Lobo Saldanha (ainda Nota 15), para o devedor, lembrando-lhe da dívida. Em 29 de agosto do mesmo ano, o Capitão General escreve para o fiador, solicitando que este lembre o Capitão Diretor sobre o pagamento faltante. Já em 14 de outubro seguinte, o Capitão General, em tons mais secos pede ao mesmo Capitão Mor de Ararituaba que o obrigue a pagar, pois o credor iria viajar para o Rio de Janeiro e precisava do dinheiro. Diz mesmo que se não pagasse, então, que fizesse vir a “escravatura” do Diretor, para o credor se “satisfazer dela”. Esses dizeres são reveladores, pois indica a existência de escravos em Piracicaba, na época, e que esses serviam como moeda corrente. Em 31 de outubro do mesmo ano, o mesmo Capitão General escreve pela quarta vez, revelando que a “escravatura” de Antônio Corrêa constituía-se de um escravo somente, o que era insu-

ficiente e, então, que retivesse duas canoas de propriedade do devedor, para que fossem vendidas afim de que se apurasse o dinheiro necessário a saldar a dívida. Para finalizar o assunto, em quatro de maio do ano seguinte (1779) aparece a quinta carta de Martim Lopes em que se constata que quem afinal acabou pagando a dívida foi o fiador. O Capitão Diretor de Piracicaba, mais uma vez, saiu ileso das complicações que criava. Seu Santo parecia ser mesmo muito forte!

Deus, no entanto, ajudou Piracicaba. Apesar dos problemas de seus primeiros tempos, fez cumprir a profecia de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha:

“.....a dita Povoação he a melhor que pode haver nesta Capitania, por estar situada na margem de um volumoso caudal chamado Piracicaba, ao pe de um salto do mesmo nome, onde abunda muito peixe, no meio de um sertão de matos maninhos que ha de ter mais de dezasseis leguas em quadra, todo capaz de fundar muitissimas fabricas de açúcar, pois produz todo o genero de culturas, com grandeza e diferença tal que alem das canas serem muito boas, muito perfilhadas, são muito doces e de melhor ponto.....e pode ser que tendo aumento esta povoação se possa descobrir o ouro que consta das tradições antigas, além das fazendas que se podem fundar..... e pagar dizimos e quintos a Sua Magestade...

O ouro em si não foi descoberto, mas a riqueza brotou desse solo abençoado!

NOTAS ELUCIDATIVAS E REFERENCIAIS:

Nota 1 – Estes documentos foram encaminhados pelo autor deste artigo, através de cópias xerográficas de originais manuscritos da época, cedidas pelo Arquivo Estadual de São Paulo, em outubro de 1977, ao Presidente do “Instituto Histórico e Geográfico do Piracicaba”, Professor Acari de Oliveira Mendes. O intuito era que essas cópias ficassem ali arquivadas, por serem de sumo valor histórico para o importante município paulista. Acompanhou a remessa transcrição paleográfica desses originais, pelo autor deste artigo, uma vez que a escrita da época não é de fácil entendimento nos dias atuais. O Prof. Acari encaminhou a este autor, como retribuição, caprichosamente encadernadas, cópias dessas transcrições, com o título “PIRACICABA – DOCUMENTOS SETENTISTAS”, guardadas com muito carinho até os dias de hoje.

Nota 2 – GUERRINI, Leandro – História de Piracicaba Em Quadrinhos, Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, Piracicaba, 1970 e NEME, Mário – História da Fundação de Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2ª Edição, 1974.

Nota 3 - A fundação do povoamento de Piracicaba dataria, então, de 1764, a contar da nomeação do Capitão Diretor Antônio Corrêa Barbosa, para o cargo de arregimentar povoadores e assentá-los no local. Na verdade, o início da referida Povoação data de 1º de agosto de 1767, como o Capitão Mor de Itu declara mais adiante, em sua carta de 29 de novembro de 1786. Tinha a povoação, na época da carta aqui transcrita, aproximadamente, dezessete anos, portanto.

Nota 4 – Ocorre que o Capitão Diretor de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa, era tão teimoso, turrão mesmo, que apesar da insistência do Morgado de Mateus em prover como oráculo todas as povoações que fundava no seu governo com o nome da santa de sua devoção (Nossa Senhora dos Prazeres), esse Capitão fez questão fechada de que o oráculo de Piracicaba fosse o Santo de seu nome (Antônio) e assim perdurou a sua vontade, indo de encontro à ordem superior do Capitão-General da Capitania de São Paulo.

Nota 5 – Francisco da Cunha e Menezes foi, segundo Azevedo Marques, capitão-general da Capitania de São Paulo, de 16 de março de 1782 até 4 de maio de 1786, partindo então para Índia para ser governador daquela possessão portuguesa.. Essa missiva é por demais esclarecedora. Consta de duas partes: a carta propriamente dita e um anexo por demais pitoresco, pois põe a nu toda a verve analítica de Vicente da Costa que costumava itemizar os seus argumentos em apreciações o mais das vezes contundentes, para os tornar mais claros, destacados e eficazes.

Nota 6 - Esse ofício de 12 de junho de 1784 está transcrito totalmente no volume 85 dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação, São Paulo, 1961, página 118. A resposta correspondente do Capitão Mor de Itu é extremamente paralela ao ofício que a provocou, usando o mais das vezes as mesmas palavras utilizadas naquele. O citado ofício pede que o Capitão Mor ouça o parecer do Capitão Povoador de Piracicaba, o que foi atendido com o anexo correspondente à sua resposta.

Nota 7 – Nessas correspondências do Capitão Mor Vicente da Costa ele cita várias vezes esse Rio Sarapuí que tem a barra no Rio Tietê, junto com a do Rio Sorocaba. Conclui-se que o Sarapuí não era nada mais nada menos do que o atual Capivari, que tem a sua barra colada ao Sorocaba, cada qual em uma das margens do citado Tietê.

Nota 8 - Esse D. Luiz, a quem o Capitão-Povoador se refere, é o Morgado de Mateus, D. Luiz Antônio de Sousa Botelho Mourão, Capitão General de São

Paulo de 1765 a 1775. Foi este governador quem nomeou Antônio Correa Barboza capitão Povoador de Piracicaba, nos idos de 1766.

Nota 9 – Ararituaba é a atual Porto Feliz, SP.

Nota 10 – “Ver Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, VOL. 85, pág. 120.

Nota 11 – Idem à Nota 10, mesma página.

Nota 12 – Idem à Nota 10, pág. 121

Nota 13 – A freguesia de Piracicaba foi instituída em 1784. Em 29 de julho desse ano dá-se o primeiro batismo em Piracicaba. Devidamente registrado, esta cerimônia vem dirimir dúvidas quanto à época de passagem da povoação ao estado de Freguesia. Tanto o historiador Mário Neme quanto Leandro Guerini (ambos piracicabanos) (Nota 2) citam o documento em seus livros como prova irrefutável de que Piracicaba fora elevada àquela categoria, nos idos de 1784. Havia crescido e já possuía parcos recursos para sustentar por conta própria um pároco, com o que se chamava na época de “côngrua”; não estava mais sem os recursos para que se atendessem as suas necessidades espirituais. Leandro Guerini em seu livro “História de Piracicaba em Quadrinhos”, 1º volume, págs.35, 36 e 40, (ver Nota 2) dá notícias de que os padres que para Piracicaba foram, lá não queriam permanecer.

Nota 14 – Segundo Azevedo Marques, o Marechal José Raymundo Chichorro da Gama Lobo tomou posse interinamente do governo da Capitania de São Paulo em 5 de maio de 1786, servindo até 4 de junho de 1788. Por ser Cavaleiro de Malta, antepunha a seu nome a designação de Frei.

Nota 15 – Ainda Azevedo Marques informa: Martim Lopes Lobo de Saldanha, tomou posse no cargo de Capitão General Governador da Capitania de São Paulo, em 14 de junho de 1775 e serviu até 15 de março de 1782. Destratou o seu antecessor, o Morgado de Mateus, e escreveu ao rei dizendo ter achado a Capitania em péssimo estado, em franca decadência, desordem, falsificações, miséria, desânimo de seus habitantes etc. No entanto, o seu mau caráter era notório, não fazendo o que dizia ter o crédito que era de se esperar.

Nota 16 – Esse termo “desar”, um tanto arcaico, que significa “revés da fortuna, desgraça” mostra muito bem o caráter do Capitão Mor, pois apesar de não supor-

tar a conduta do Capitão Diretor, não queria que este fosse banido com humilhação.

Nota 17 – Note o leitor que este Frei Thomé de Jesus é o signatário da carta que abre este artigo. Esse sacerdote esteve 3 vezes à frente dos fieis de Piracicaba. GUERINI, Leandro, volume I, pág. 51.

Nota 18 – A abreviação EMR como fecho de requerimento significava: “Esperamos da Real Magestade”.

Nota 19 – Quanto à data da fundação de Piracicaba, ver a Nota 3, acima. Na época desta carta, a povoação estava prestes a fazer 19 anos.

Nota 20 – “Administrado” era como se dizia (como desculpa) dos índios escravizados pelos brancos, pois sendo proibida por lei a escravidão dos mesmos, se usava esse disfarce para pô-los a trabalhar, sem remuneração e sob maus tratos e sevícias. A afirmação de Vicente da Costa é mais uma denúncia que uma observação.

NOTA 21 – DEBRET, JEAN BAPTISTE – Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Editora da Universidade de São Paulo, 1978, São Paulo, Tomo II, pág. 223, “O Judas no Sábado de Aleluia”

Nota 22 – “Miguel Dutra”, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, pág. 95.

Nota 23 – GUERINI, Leandro – “História de Piracicaba em quadrinhos,” Volume I, pág. 50. Ao que parece, o Capitão Diretor, ao receber a sua sesmaria em Mogi-Mirim, abandonou o seu cargo, pois não há documentação a respeito de pedido de demissão ou exoneração, mostrando o seu tipo de caráter. A única informação é que ele fora “ezento (sic = isento) por moléstia”. Cremos que os seus superiores respiraram aliviados com essa saída de cena, tais os problemas que criava e sempre criou no comando da Freguesia. Há indícios de que mesmo depois desta “isenção”, o Capitão Povoador ainda esteve alguns meses à frente da Freguesia, talvez no aguardo de um substituto.

Nota 24 – Sobre os problemas que o novo Capitão Diretor de Piracicaba, Carlos Bartolomeu de Arruda criou para Vicente da Costa, pode-se ver na “Revista ASBRAP”, nº 6, pág. 155, no artigo deste autor, “A FAMÍLIA ARANHA NA VILA DE ITU DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX.

Nota 25 - Maiores informações sobre o penoso caminho que percorreu Vicente da Costa para atingir o cargo de Capitão Mor de Itu se encontra na “Revista ASBRAP”, nº 2, págs. 41 a 58, no artigo deste autor: “CRISE NA VILA DE ITU”.

Nota 26 - NEME, Mário (ver Nota 2), em seu livro, narra os fatos aqui citados. Há ali, no entanto algo que não se pode compreender. Cita trechos dos “Documentos Interessantes” (ver Nota 10) que no entanto não correspondem à realidade. Como ao que se sabe estes documentos só tiveram uma edição, o não corresponderem as citações aos “Documentos” propriamente ditos, só pode ser entendido como engano na edição do livro.